

- I - o Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 21, de 19 de julho de 2012;
- II - o Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG n.º 5, de 14 de março de 2013;
- III - o Ato Conjunto TST.CSJT n.º 14, de 25 de abril de 2013;
- IV - o Ato CSJT n.º 419, de 11 de novembro de 2013.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de setembro de 2025.

Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

RESOLUÇÃO CSJT N.º 133, de 06 de DEZEMBRO de 2013. (Republicação)

*(Republicada em cumprimento ao art. 6º da Resolução CSJT nº 432, de 06.03.2026)

Dispõe sobre a carteira de identidade funcional dos servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

O **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, em sessão ordinária hoje realizada, sob a presidência do Ex.mo Ministro Conselheiro Carlos Alberto Reis de Paula, presentes os Ex.mos Ministros Conselheiros Antonio José de Barros Levenhagen, Aloysio Corrêa da Veiga, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Maria de Assis Calsing, os Ex.mos Desembargadores Conselheiros Maria Helena Mallmann, André Genn de Assunção Barros, Elaine Machado Vasconcelos e Maria Doralice Novaes, a Ex.ma Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dr.a Heloisa Maria Morais Rego Pires, e o Ex.mo Presidente da ANAMATRA, Juiz Paulo Luiz Schmidt,

Considerando a previsão contida na Lei n.º 12.774, de 28 de dezembro de 2012, que alterou a Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União;

Considerando a Portaria Conjunta n.º 1 dos Tribunais Superiores e Conselhos, de 22 de maio de 2013, que regulamenta a aplicação da Lei n.º 12.774/2012;

Considerando a necessidade de uniformização da carteira de identidade funcional dos servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus; e

Considerando a decisão proferida pelo Plenário do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nos autos do Processo n.º CSJT-AN-7723-94.2013.5.90.0000,

R E S O L V E

Art. 1º Instituir modelo da carteira de identidade funcional dos servidores da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, com fé pública em todo o território nacional, conforme disposto no art. 4º da Lei n.º 12.774 de 2012.

Art. 2º As carteiras de identidade funcional deverão ser emitidas, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, para os servidores em exercício no órgão que se enquadrem nas seguintes situações funcionais:

- I - ocupantes de cargo efetivo;
- II – removidos para o órgão;
- III - ocupantes de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração Pública;
- IV - cedidos ao órgão;
- V - em exercício provisório no órgão.

Art. 3º A carteira de identidade funcional será de cor branca, com bordas em azul, em papel *couché* fosco, gramatura 150 g/m2, com as dimensões 9 cm x 12,5 cm (aberto) e conterá os seguintes elementos, observados os anexos I a IV desta Resolução:

- a) Brasão da República;
- b) inscrições "Poder Judiciário da União", "Justiça do Trabalho" e órgão emitente;
- c) nome do servidor, matrícula funcional e data de exercício no órgão emitente;
- d) cargo;
- e) situação funcional;

- f) fotografia tamanho 2cm x 2cm, em cores;
- g) assinatura do servidor;
- h) filiação, naturalidade, nacionalidade e data de nascimento;
- i) número do PASEP;
- j) número da inscrição no Cadastro de Pessoa Física;
- k) número da Carteira de Identidade, com o órgão expedidor e a data de emissão;
- l) número do Título de Eleitor;
- m) grupo sanguíneo/fator RH;
- n) impressão digital do servidor, salvo se o meio utilizado para confecção do documento não o permitir;
- o) data de expedição;
- p) assinatura da autoridade competente para expedir o documento;
- q) frase "Carteira de Identidade Funcional";
- r) frase "Fé pública em todo o território nacional – Lei nº 12.774/2012";
- s) faixa verde e amarela em diagonal no canto esquerdo da borda superior da face superior.

§1º Opcionalmente, poderá ser inserida marca d'água com as Armas da República. Nesse caso, deverá constar a frase "Válida somente com a marca d'água – Armas da República" na borda inferior da face inferior.

§2º *(Revogado pela Resolução CSJT nº 315, de 26 de novembro de 2021)*

§3º Aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal será conferida, no campo reservado ao cargo, a denominação Oficial de Justiça Avaliador Federal, sendo essa denominação também disposta em diagonal, na cor vermelha, acompanhada da inscrição "Acesso e Trânsito Livre", conforme modelo constante do anexo II.

§4º Nas carteiras de identidade funcional dos demais servidores, no campo destinado ao cargo será informada a denominação do cargo efetivo, mesmo que de outro órgão, ou do cargo em comissão ocupado por servidor sem vínculo efetivo com a Administração Pública.

§5º No campo destinado à situação funcional, indicar-se-á a situação em que se enquadra o servidor perante o órgão emissor: servidor do quadro efetivo, removido, sem vínculo efetivo com a Administração Pública, cedido ou em exercício provisório.

§6º Os(as) servidores(as) com deficiência poderão solicitar a inclusão dos símbolos internacionais de acessibilidade em suas carteiras de identidade funcional, conforme consta do modelo previsto no Decreto n.º 10.977, de 23 de fevereiro de 2022 e nos Anexos I e II desta Resolução. *(Incluído pela Resolução CSJT nº 432, de 06 de março de 2026)*

Art. 3º-A. A carteira de identidade digital constitui versão eletrônica da identidade funcional do servidor, que deverá obedecer, no que couber, aos requisitos estabelecidos no art. 3º desta Resolução e conter, obrigatoriamente, o elemento de segurança denominado QR Code, para consulta on-line no Aplicativo Móvel, possibilitando a verificação dos dados de identificação do inscrito e a regularidade da inscrição no âmbito dos Tribunais. *(Incluído pela Resolução CSJT nº 347, de 30 de setembro de 2022)*

Art. 4º É vedada a emissão de carteira de identidade funcional com a inscrição Oficial de Justiça Avaliador Federal a servidor ocupante de cargo efetivo diverso do Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal.

Art. 5º O desligamento do servidor do órgão emissor torna sem validade a carteira de identidade funcional, devendo esta ser restituída à unidade competente.

Parágrafo único. Considera-se desligamento, para efeito deste artigo, a vacância, demissão, aposentadoria, falecimento, exoneração de cargo em comissão de servidor sem vínculo efetivo com a Administração Pública, redistribuição, remoção, requisição, cessão, lotação provisória ou o retorno ao órgão de origem de servidor removido, cedido ou em exercício provisório.

Art. 6º Será emitida nova carteira de identidade funcional nos seguintes casos:

- I - alteração de dados biográficos ou funcionais;
- II - mau estado de conservação do documento;
- III - perda, extravio, furto ou roubo.

§1º O servidor, ao se aposentar, poderá requerer a carteira de identidade funcional, na qual deverá constar, no campo reservado à situação funcional, o termo "aposentado".

§2º A entrega de nova carteira ficará condicionada à devolução da anterior nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo.

§3º Nos casos do inciso III deste artigo, o servidor deverá comunicar o fato imediatamente à unidade competente e apresentar boletim de ocorrência policial.

Art. 7º A carteira de identidade funcional deverá ser utilizada estritamente para a identificação do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função.

Parágrafo único. O uso indevido da carteira sujeitará o servidor às sanções administrativas, civis e penais conforme legislação vigente.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

Art. 9º Fica revogada a Resolução CSJT n.º 37/2007.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de dezembro de 2013.

Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Anexos

Anexo 1: Download

RESOLUÇÃO CSJT N.º 431, de 06 de março de 2026.

Regulamenta a participação dos Tribunais Regionais do Trabalho em concursos, editais de premiação e iniciativas de reconhecimento de ações e projetos no âmbito da Justiça do Trabalho, e dispõe sobre critérios de habilitação e inabilitação.

O **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, em Sessão Ordinária Virtual com início à 0 (zero) hora do dia 27/02/2026 e encerramento às 23 horas e 59 minutos do dia 06/03/2026, sob a presidência do Exmo. Conselheiro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, com a presença dos Exmos. Conselheiros Guilherme Augusto Caputo Bastos, José Roberto Freire Pimenta, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Marcia Andrea Farias da Silva, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa, Jorge Álvaro Marques Guedes, Eugênio José Cesário Rosa, Denise Alves Horta e Manuela Hermes de Lima, e da Exma. Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dr.^a Teresa Cristina D'Almeida Basteiro,

considerando a função constitucional do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) de coordenação, supervisão administrativa, financeira e orçamentária da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;

considerando a necessidade de se assegurar a coerência institucional, a integridade administrativa, a conformidade normativa e a responsabilidade na participação dos órgãos da Justiça do Trabalho em concursos, editais de premiação e iniciativas de reconhecimento de boas práticas;

considerando a necessidade de se preservar, na participação em premiações institucionais, a imagem, os valores e a credibilidade da Justiça do Trabalho;

considerando a importância de se alinhar tais participações às diretrizes, orientações e políticas judiciais emanadas do CSJT e da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

considerando a necessidade de se estabelecer critérios objetivos de habilitação e inabilitação, com observância do devido processo administrativo; e

considerando a decisão proferida nos autos do Processo CSJT-Ato-1000042-94.2026.5.90.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução regulamenta a participação dos Tribunais Regionais do Trabalho e de seus órgãos em concursos, editais de premiação, selos, certificações, *rankings* e outras iniciativas de reconhecimento de ações e projetos institucionais, promovidos por órgãos internos da Justiça do Trabalho.

Art. 2º A participação de que trata esta Resolução fica condicionada à prévia habilitação institucional do Tribunal Regional do Trabalho, nos termos aqui estabelecidos.

Art. 3º Todos os Tribunais Regionais do Trabalho e suas unidades estão previamente habilitados, salvo as situações de inabilitação previstas nesta Resolução.

Art. 4º Fica inabilitado para participar de concursos, editais de premiação ou iniciativas congêneres o Tribunal Regional do Trabalho ou a unidade que se enquadrar em qualquer das seguintes hipóteses:

I – existência de desconformidades administrativas ou judiciais graves, devidamente